

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

Informações Contábeis Intermediárias

30 de junho de 2025

CEMIG

SUMÁRIO

DESEMPENHO ECONÔMICO	2
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	9
BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	15
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	17
1. CONTEXTO OPERACIONAL	17
2. BASE DE PREPARAÇÃO	18
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	18
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	20
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	22
9. ATIVOS DE CONTRATO	24
10. INTANGÍVEL	25
11. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	25
12. ARRENDAMENTOS	26
13. FORNECEDORES	27
14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	27
15. DEBÊNTURES	28
16. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	32
17. PROVISÕES	34
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA	35
19. RECEITA LÍQUIDA	37
20. CUSTOS E DESPESAS	39
21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	43
22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	44
23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	48
24. EVENTOS SUBSEQUENTES	54
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR	55
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA	57
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	58

DESEMPENHO ECONÔMICO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(As informações deste relatório de desempenho não foram revisadas pelos auditores independentes)

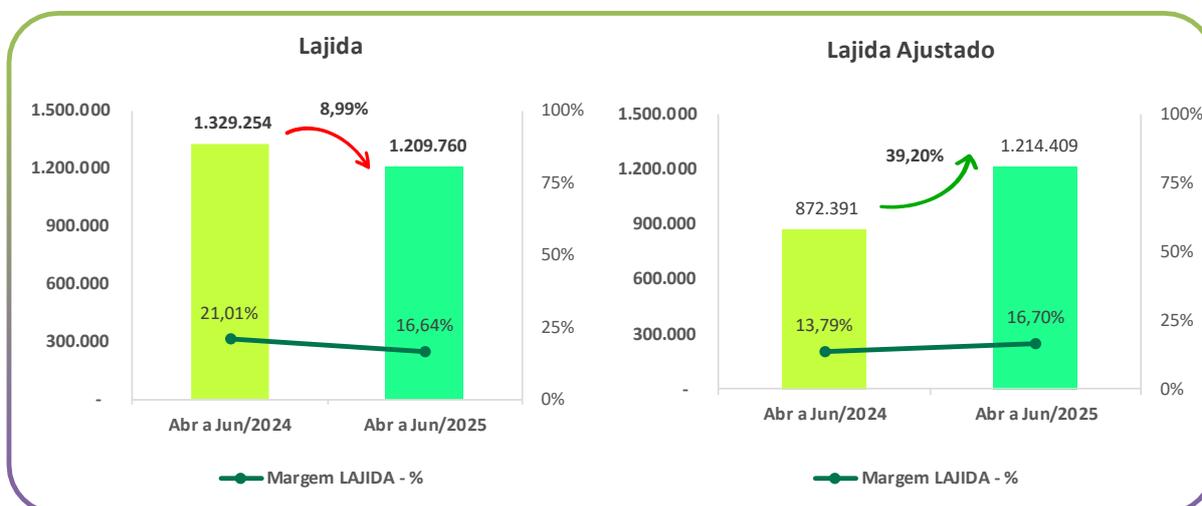
Resultado do trimestre

A Cemig Distribuição teve uma **redução de 48,08%** no lucro líquido, sendo R\$550.554 no segundo trimestre de 2025, em comparação a R\$1.060.436 ao mesmo período 2024. As principais variações na comparação dos resultados dos segundos trimestres 2025 e 2024 estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$	Nota	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024	Var %
Lucro líquido do período		550.554	1.060.436	(48,08)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	7b	147.390	350.163	(57,91)
Resultado financeiro líquido	21	257.443	(305.458)	(184,28)
Amortização	20c	254.373	224.113	13,50
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)		1.209.760	1.329.254	(8,99)
Programa de desligamento voluntário programado		20.812	56.468	-
Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR		-	(513.331)	-
Remensuração do passivo de pós-emprego	16	(16.163)	-	-
= Lajida ajustado (2)		1.214.409	872.391	39,20

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS Accounting Standards), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

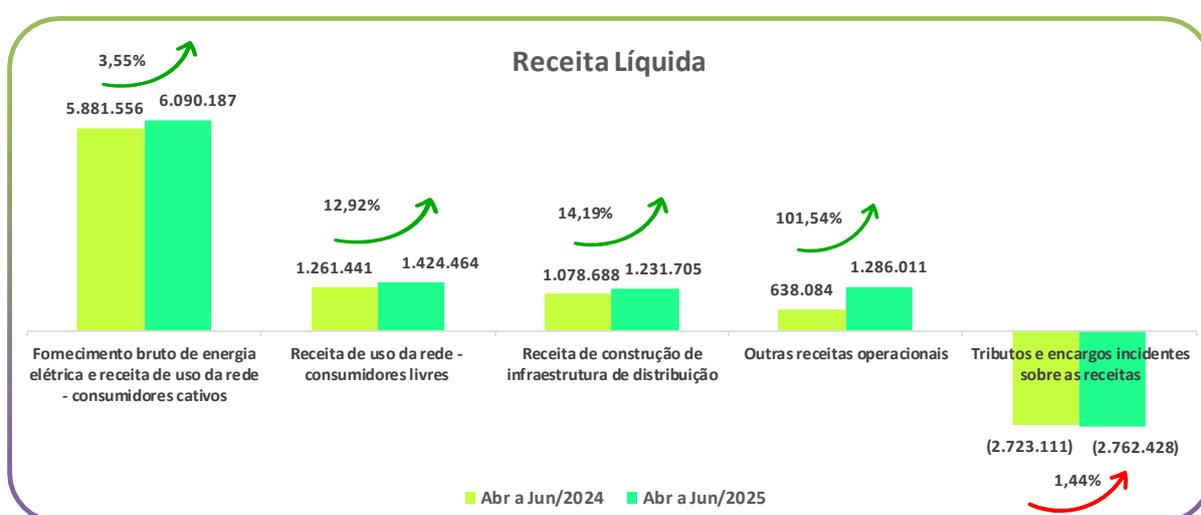


Receita líquida

A composição da receita líquida da Companhia é conforme segue:

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	6.090.187	5.881.556
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (1)	-	190.186
Receita de uso da rede - consumidores livres	1.424.464	1.261.441
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (2)	70.394	(56.556)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.231.705	1.078.688
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	26.618	22.258
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(39.949)	(37.084)
Outras receitas operacionais	1.228.948	709.466
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(2.762.428)	(2.723.111)
	7.269.939	6.326.844

- (1) Em maio de 2024, a Cemig D concluiu a devolução dos valores referentes à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores, que vinha sendo devolvido a partir de revisões tarifárias. Desse modo, a recomposição da receita referente à realização do passivo ocorreu até o segundo trimestre de 2024, não impactando o segundo trimestre de 2025.
- (2) Esse valor decorre do total de adições e amortizações da nota explicativa 8b.



Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica da Companhia é composta pela entrega de energia aos consumidores cativos, clientes livres, suprimento a outras concessionárias e energia compensada pelos clientes de micro e minigeração distribuída.

Composição do fornecimento por classe de consumo	Abr a Jun/2025			Abr a Jun/2024			Variações (%)	
	MWh(1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh(1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh(1)	R\$
Residencial	3.667.850	3.374.149	919,93	3.553.006	3.066.721	863,13	3,23	10,02
Industrial	256.710	214.895	837,11	350.457	281.218	802,43	(26,75)	(23,58)
Comércio, serviços e outros	1.512.246	1.275.767	843,62	1.599.385	1.282.551	801,90	(5,45)	(0,53)
Rural	929.849	631.603	679,25	900.299	593.953	659,73	3,28	6,34
Poder público	252.055	228.234	905,49	269.273	232.056	861,79	(6,39)	(1,65)
Iluminação pública	235.650	140.046	594,30	244.322	131.933	540,00	(3,55)	6,15
Serviço público	186.715	144.450	773,64	235.030	174.633	743,02	(20,56)	(17,28)
Subtotal	7.041.075	6.009.144	853,44	7.151.772	5.763.065	805,82	(1,55)	4,27
Consumo próprio	6.992	-	-	7.710	-	-	(9,31)	-
Suprimento a outras Concessionárias (3)	-	-	-	-	26.347	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	81.043	-	-	92.144	-	-	-
Total	7.048.067	6.090.187	-	7.159.482	5.881.556	-	(1,56)	3,55

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(2) O preço médio não inclui a receita com consumo próprio, receita de suprimento a outras Concessionárias e fornecimento não faturado.

(3) Refere-se a Contratos de Cessão de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD.

A receita com **fornecimento bruto de energia elétrica** foi de R\$6.090.187 no segundo trimestre 2025, em comparação a R\$5.881.556 no mesmo período de 2024, representando um **aumento de 3,55%**. O aumento na variação no consumo de energia no segundo trimestre de 2025 se deve, principalmente, ao aumento no preço médio da energia faturada e do número de clientes, em relação ao mesmo período de 2024.

As principais variações no fornecimento de energia por classe de consumidores estão descritas a seguir:

Residencial

O **consumo residencial aumentou 3,23%** no segundo trimestre de 2025, frente ao mesmo período de 2024. Este comportamento está relacionado, basicamente, ao aumento na quantidade de consumidores 2º trimestre de 2025.

Industrial

A **classe industrial apresentou redução de 26,75%** no segundo trimestre de 2025, em relação ao mesmo período de 2024. Esta redução está relacionada, principalmente, à migração de consumidores para o mercado livre.

Comercial e outros serviços

A **energia faturada reduziu 5,45%** no segundo trimestre de 2025 em comparação ao mesmo período de 2024, devido principalmente à migração de consumidores para a MMGD (Micro e minigeração distribuída).

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)**, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2025, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.424.464, comparada a R\$1.261.441 no mesmo período de 2024, representando um **aumento de 12,92%**. Essa variação decorre basicamente do reajuste tarifário anual da distribuidora.

Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários.

No segundo trimestre de 2025, foi reconhecido uma receita no montante de R\$70.394, em comparação a uma despesa de R\$56.556 no mesmo período de 2024. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia liquidada na CCEE.

Mais informações sobre a composição e movimentação da CVA na nota explicativa nº8b.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.231.705 no segundo trimestre de 2025, comparadas a R\$1.078.688 no mesmo período de 2024, **um crescimento de 14,19%**. Essa variação deve-se, basicamente, ao aumento no número de obras devido ao Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), principalmente em redes de distribuição, e conseqüentemente elevou as receitas de construção em relação ao mesmo período de 2024.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

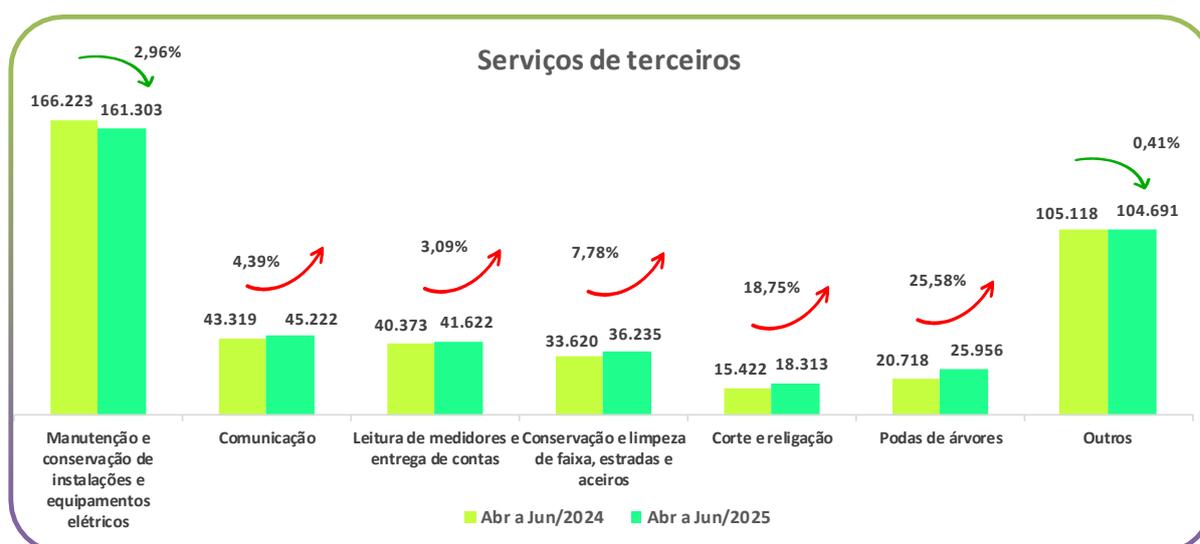
Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.762.428 no segundo trimestre de 2025 em comparação a R\$2.723.111 no mesmo período de 2024, representando um **aumento de 1,44%**. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas

Os custos e despesas foram de R\$6.314.552 no segundo trimestre de 2025, comparados a R\$5.221.703 no mesmo período de 2024, representando um **aumento de 20,93%**.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas podem ser obtidas na nota explicativa nº 20 demonstrações financeiras.

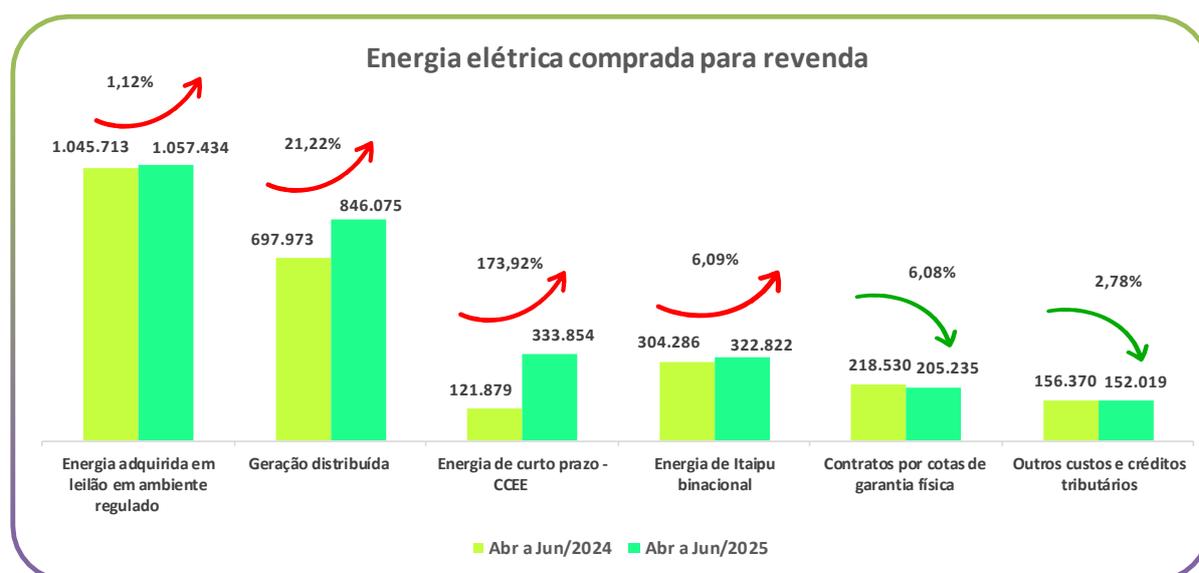
Serviços de terceiros



A despesa com serviços de terceiros foi de R\$433.342 no segundo trimestre de 2025, comparada ao montante de R\$424.793 no mesmo período de 2024, representando um **aumento de 2,01%**. Os principais fatores que impactaram essa despesa foram:

- **redução de 2,96%** na despesa com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$161.303 no segundo trimestre de 2025, em relação a R\$166.223 ao mesmo período de 2024, refletindo menor volume de manutenções realizadas no período.
- **aumento de 18,75%** na despesa com corte e religação sendo de R\$18.313 no segundo trimestre de 2025 comparado a R\$15.422 mesmo período de 2024. Essa variação decorre principalmente do emprego de tecnologias mais avançadas na programação de alvos e ampliação da instalação de medidores inteligentes, possibilitando a atuação em corte e religação remotos.
- **aumento de 7,78%** na despesa com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros, sendo R\$36.235 no segundo trimestre de 2025, comparada a R\$33.620 no mesmo período em 2024, e **aumento de 25,28%** na despesa com podas de árvores sendo R\$25.956 no primeiro trimestre de 2025, comparado a R\$20.718 no mesmo período de 2024. Essa variação decorre principalmente do maior volume de podas e limpeza de faixa, estradas e aceiros realizadas no período em comparação ao anterior, melhorando a qualidade no serviço prestado.

Energia elétrica comprada para revenda



O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.917.439 no segundo trimestre de 2025, comparado a R\$2.544.751 no mesmo período de 2024, representando um aumento de 14,65%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- No segundo trimestre de 2025 houve **aumento no custo com energia de curto prazo**, motivado principalmente pela forte elevação no PLD médio que, comparado com o mesmo período de 2024, representou uma variação positiva de aproximadamente 300%. O alto preço da energia no mercado de curto prazo impacta diretamente os custos com os contratos de disponibilidade e intensifica os efeitos dos contratos em que os riscos hidrológicos são assumidos pela Cemig D. Aliado a este fato, observou-se um cenário hidrológico desfavorável que refletiu em um MRE médio de 0,95 contra 0,99

observado no segundo trimestre de 2024. Sendo um custo de R\$333.854 no segundo trimestre de 2025 comparativamente a R\$121.879 no mesmo período de 2024.

- **aumento de 21,22%** no custo com **geração distribuída**, sendo de R\$846.075 no segundo trimestre de 2025 comparado a R\$697.973 no mesmo período de 2024. Essa variação decorre, do aumento do número de instalações geradoras (336.669 no segundo trimestre de 2025, comparada a 273.174 no mesmo período de 2024) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.797 GWh no segundo trimestre de 2025, comparado a 1.487 GWh no segundo trimestre de 2024);
- **aumento de 16,16%** no custo com **PROINFA**, sendo de R\$134.837 no segundo trimestre de 2025 em comparação a R\$116.081 no mesmo período em 2024. Reflexo do rateio fixado pelo regulador que passou de 447,83 R\$/MWh em 2024 para 543,56 R\$/MWh em 2025. Destaca-se ainda, o aumento das quotas de Proinfa da Cemig D conforme determinação regulatória.

O custo com energia elétrica comprada para revenda é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Ver mais informações na nota explicativa nº 20a.

Provisões

As provisões representaram uma constituição de R\$86.353 no segundo trimestre de 2025, em comparação a uma reversão de R\$459.529 no segundo trimestre de 2024, sendo essa variação atrelada, principalmente, à reversão de R\$513.331, ocorrida em 2024, de processos relacionados à Contribuição Previdenciária, os quais tiveram decisões favoráveis à Companhia, em 1ª instância.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no segundo trimestre de 2025 foi uma despesa financeira de R\$257.443, comparada a uma receita financeira de R\$305.458 no segundo trimestre de 2024. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- um aumento na despesa com variação monetária e encargos de debêntures, sendo R\$374.156 no segundo trimestre de 2025, comparada a R\$178.849 no segundo trimestre de 2024. Essa variação decorre, principalmente, da contratação da 11ª, 12ª e 13ª emissão de debêntures, que elevou o montante de dívida da Companhia e, por consequência, a despesa de variação monetária.
- um aumento na receita financeira relativa à variação monetária de CVA e outros componentes financeiros que foi de R\$13.346 no segundo trimestre de 2025, em comparação a uma despesa financeira de R\$2.721 no segundo trimestre de 2024. Essa variação decorre do aumento dos montantes homologados no reajuste tarifário de 2025.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 21 destas demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no segundo trimestre de 2025, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$147.390 em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$697.944. No segundo trimestre de 2024, a Companhia apurou uma despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$350.163 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$1.410.599. A variação decorre, principalmente, da redução da base calculo dos tributos sobre o lucro.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 7d destas informações contábeis intermediárias.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.112.412	951.779
Títulos e valores mobiliários	5	556.055	118.511
Consumidores e revendedores	6	3.901.585	3.849.309
Concessionários - transporte de energia	6	464.553	439.026
Tributos a recuperar		476.533	437.033
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7a	60.451	-
Fundos Vinculados	15d	14.359	196.059
Contribuição de iluminação pública		327.081	297.227
Reembolso subsídios tarifários		611.292	197.070
Ativos setoriais da concessão	8b	888.080	859.597
Outros ativos		617.361	460.395
Total do circulante		9.029.762	7.806.006
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	23.917	44.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7b	1.174.167	1.223.647
Tributos a recuperar		844.243	802.989
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7a	46.622	190.579
Depósitos vinculados a litígios		689.887	680.175
Concessionários - transporte de energia		38.054	38.881
Outros ativos		58.509	47.015
Ativos setoriais da concessão	8b	688.265	436.028
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	8a	3.095.447	2.714.876
Ativos de contrato	9	5.319.827	4.421.329
Intangíveis	10	14.355.751	13.803.949
Arrendamentos - direito de uso	12	245.323	243.065
Total do não circulante		26.580.012	24.647.109
Ativo total		35.609.774	32.453.115

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante			
Debêntures	15	2.337.791	2.496.199
Fornecedores	13	2.002.860	1.973.750
Impostos, taxas e contribuições	14	384.777	360.012
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7a	-	71.701
Salários e encargos sociais		170.002	139.537
Encargos regulatórios		379.750	245.500
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		55.654	58.697
Obrigações pós-emprego	16	148.273	162.817
Contribuição de iluminação pública		496.942	475.037
Contas a pagar relacionado à energia gerada por consumidores		1.640.563	1.251.298
Passivos setoriais da concessão	8c	-	16.470
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	18c	784.914	1.117.129
Valores a restituir a consumidores		371.509	526.498
Arrendamentos - obrigações		62.095	55.728
Outros passivos		395.055	481.646
Total do circulante		9.230.185	9.432.019
Não circulante			
Debêntures	15	9.995.250	7.541.422
Provisões	17	1.142.832	1.064.553
Obrigações pós-emprego	16	2.737.319	2.714.679
Encargos regulatórios		119.518	157.767
Valores a restituir a consumidores		24.685	22.880
Arrendamentos - obrigações		216.760	219.249
Outros passivos		19.132	19.293
Total do não circulante		14.255.496	11.739.843
Total do passivo		23.485.681	21.171.862
Patrimônio líquido			
Capital social	18a	6.964.105	6.964.105
Reservas de lucros		5.688.534	5.206.587
Ajustes de avaliação patrimonial		(883.929)	(889.439)
Lucros acumulados		355.383	-
Total do patrimônio líquido		12.124.093	11.281.253
Total do passivo e do patrimônio líquido		35.609.774	32.453.115

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Receita líquida	19	13.773.425	12.297.077
Custos			
Custo com energia elétrica	20a	(7.380.231)	(6.669.411)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	20b	(2.278.651)	(1.937.664)
Custos de operação	20c	(1.897.498)	(1.281.665)
		(11.556.380)	(9.888.740)
Lucro bruto		2.217.045	2.408.337
Despesas	20c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(52.435)	(145.455)
Despesas gerais e administrativas		(262.520)	(259.789)
Outras despesas, líquidas		(374.842)	(367.661)
		(689.797)	(772.905)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		1.527.248	1.635.432
Receitas financeiras	21	398.989	667.609
Despesas financeiras	21	(858.528)	(470.931)
		(459.539)	196.678
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.067.709	1.832.110
Imposto de renda e contribuição social correntes	7c	(159.355)	(131.157)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7b	(46.642)	(318.179)
Lucro líquido do período		861.712	1.382.774
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	18	0,37	0,59

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Receita líquida	19	7.269.939	6.326.844
Custos			
Custo com energia elétrica	20a	(3.772.388)	(3.394.675)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	20b	(1.231.705)	(1.078.688)
Custos de operação	20c	(967.183)	(374.537)
		(5.971.276)	(4.847.900)
Lucro bruto		1.298.663	1.478.944
Despesas	20c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(2.184)	(72.477)
Despesas gerais e administrativas		(117.699)	(145.806)
Outras despesas, líquidas		(223.393)	(155.520)
		(343.276)	(373.803)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		955.387	1.105.141
Receitas financeiras	21	232.834	566.796
Despesas financeiras	21	(490.277)	(261.338)
		(257.443)	305.458
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		697.944	1.410.599
Imposto de renda e contribuição social correntes	7c	(103.051)	(56.088)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7b	(44.339)	(294.075)
Lucro líquido do período		550.554	1.060.436
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	18	0,23	0,45

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Lucro líquido do período	861.712	1.382.774
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em períodos subsequentes		
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 16)	8.349	-
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 7b)	(2.839)	-
	<u>5.510</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período, líquido de tributos	<u>867.222</u>	<u>1.382.774</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Lucro líquido do período	550.554	1.060.436
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em períodos subsequentes		
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 16)	(34.070)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 7b)	11.583	-
	<u>(22.487)</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período, líquido de tributos	<u>528.067</u>	<u>1.060.436</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.284.312	577.554	122.202	3.276.809	(1.377.652)	-	8.883.225
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	1.382.774	1.382.774
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	1.382.774	1.382.774
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios(R\$0,0657 por ação)	-	-	-	-	-	(331.887)	(331.887)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	6.284.312	577.554	122.202	3.276.809	(1.377.652)	1.050.887	9.934.112
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	6.964.105	685.307	173.388	4.347.892	(889.439)	-	11.281.253
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	861.712	861.712
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	5.510	-	5.510
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	5.510	861.712	867.222
Retorno de dividendos para programa de investimentos	-	-	-	472.229	-	-	472.229
Reserva de incentivos fiscais	-	-	9.718	-	-	(9.718)	-
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,2105 por ação)	-	-	-	-	-	(496.611)	(496.611)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	6.964.105	685.307	183.106	4.820.121	(883.929)	355.383	12.124.093

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		861.712	1.382.774
AJUSTES:			
Obrigações pós-emprego	16	136.220	162.562
Amortização	10 e 12a	501.864	440.312
Perdas de créditos esperadas	20c	52.435	166.048
Provisões	20c.1	191.088	(353.561)
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores	14	(177.892)	-
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	8a e 10b	48.923	17.597
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	19	-	(512.852)
Juros e variações monetárias		631.639	336.170
Reversão de valores a restituir a consumidores	14	-	(380.883)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	8a	(79.821)	(53.209)
Amortização do custo de transação de empréstimos	15	10.638	6.168
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	19	(196.714)	(19.118)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7	205.997	449.336
Reembolso subsídios tarifários		(631.732)	-
		1.554.357	1.641.344
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		(129.411)	(134.242)
Tributos compensáveis		(94.548)	42.851
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(36.558)	(59.173)
Depósitos vinculados a litígios		17.587	14.444
Contribuição de iluminação pública		(29.854)	3.681
Reembolso subsídios tarifários		217.510	-
Outros		(163.453)	(83.756)
		(218.727)	(216.195)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		20.575	(88.546)
Impostos, taxas e contribuições		(39.096)	(19.820)
Contribuição de iluminação pública		21.905	(14.372)
Encargos regulatórios		96.001	(7.422)
Provisões pagas	17	(112.809)	(103.315)
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		(3.043)	(44.723)
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		239.640	185.657
Outros		(86.751)	(27.342)
		47.112	(231.763)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.382.742	1.193.386
Juros de debêntures pagos	15	(425.496)	(252.711)
Juros de arrendamento pagos	12b	(636)	(641)
Juros recebidos		108.503	35.759
Imposto de renda e contribuição social pagos		(110.992)	(149.618)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		954.121	826.175
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários		(6.700.421)	(1.915.720)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários		6.300.685	1.811.597
Adição em intangível		(65.951)	(106.771)
Adição em ativos de contrato	9	(2.171.906)	(1.795.633)
Aplicações em fundos vinculados		(911.134)	-
Resgates de fundos vinculados		1.092.834	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.455.893)	(2.006.527)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de debêntures líquidas	15	4.343.302	1.946.302
Pagamento de empréstimos e debêntures	15	(2.368.868)	(575.916)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	18c	(282.104)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.662.405	1.342.835
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	951.779	447.967
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	1.112.412	610.450

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Geração do Valor Adicionado		
Receita com venda de energia e serviços	16.820.118	15.766.589
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	2.278.651	1.937.664
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	79.821	53.209
Ajuste para perdas de créditos esperadas	(52.435)	(145.455)
	19.126.155	17.612.007
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(6.060.462)	(5.287.782)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.865.275)	(1.901.142)
Serviços de terceiros	(1.831.428)	(1.717.996)
Materiais	(1.159.202)	(964.700)
Outros custos	(531.230)	103.940
	(11.447.597)	(9.767.680)
Valor adicionado bruto	7.678.558	7.844.327
Retenções		
Amortização	(501.864)	(440.312)
Valor adicionado líquido	7.176.694	7.404.015
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	421.942	683.898
Valor adicionado a distribuir	7.598.636	8.087.913
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	669.691	718.076
Remuneração direta	427.793	410.370
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	195.205	226.369
FGTS	25.881	24.869
Programa de desligamento voluntário programado	20.812	56.468
Impostos, taxas e contribuições	5.163.215	5.478.269
Federais	2.839.725	3.246.764
Estaduais	2.319.181	2.227.540
Municipais	4.309	3.965
Remuneração de capitais de terceiros	904.018	508.794
Juros	899.322	506.191
Aluguéis	4.696	2.603
Remuneração de capital próprio	861.712	1.382.774
Juros sobre capital próprio	496.611	331.887
Lucros retidos	365.101	1.050.887
	7.598.636	8.087.913

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 e 30 DE JUNHO DE 2024

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), é uma sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.180/0001-16, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), foi constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia está sediada no Brasil, na Avenida Barbacena, nº 1.200, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$200 milhões (negativo de R\$1.626 milhões em 31 de dezembro de 2024).

No segundo trimestre de 2025, a Cemig D captou recursos por meio da 13ª emissão de debêntures, no montante total de R\$1.895.000, para realização do seu programa de investimentos, como o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), o Programa Minas Trifásico, o Programa Mais Energia, entre outros. Como consequência dessas operações houve aumento do prazo médio da dívida, que passou de 5,1 anos, em 31 de dezembro de 2024, para 6,6 anos, em 30 de junho de 2025.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa pelo menos para os próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias, foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) / IAS 34 – Demonstração Intermediária, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS Accounting Standards, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Exceto pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1º de janeiro de 2025, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais, aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2025.

Todas as informações contábeis relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 14 de agosto de 2025.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações do CPC 18 (R3) / IAS 28, da ICPC 09, do CPC 02 (R2)/ IAS 21 e do CPC 37 (R1)/ IFRS 01, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025, não produziram impactos significativos nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelo principal gestor da Companhia e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

	Indexador	Taxa média a.a. (%)		30/06/2025	31/12/2024
		30/06/2025	31/12/2024		
Contas bancárias				126.115	227.011
Aplicações financeiras:					
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	CDI	80,0 a 111,0	80,0 a 112,0	826.790	672.042
Aplicações automáticas - Overnight (2)	Pré-fixada	14,60 a 11,65	11,42 a 11,65	159.507	52.726
				986.297	724.768
				1.112.412	951.779

- (1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Os principais eventos que impactaram o total de Caixa e Equivalentes e Caixa da Companhia durante o primeiro semestre de 2025 foram as captações de debêntures, além dos investimentos realizados pela Companhia.

Estão divulgados na nota explicativa nº 23 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 22.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a. (%)		30/06/2025	31/12/2024
		30/06/2025	31/12/2024		
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	102,5 a 102,8	-	211.327	-
Letras Financeiras (LF) - Bancos	CDI	103,5 a 110,02	108,6 a 111,98	138.990	137.125
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	T. Selic	15,04 a 15,12	11,83 a 11,85	227.319	23.983
Outros				2.336	1.979
				579.972	163.087
Ativo circulante				556.055	118.511
Ativo não circulante				23.917	44.576

O aumento em Títulos e Valores Mobiliários, especialmente na rubrica LFT, foi ocasionado pela aplicação dos recursos provenientes da liquidação financeira da 13ª emissão de debêntures.

A classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 23. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 22.

A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com sua atividade.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/06/2025	31/12/2024
Residencial	976.415	413.826	461.882	350.614	489.348	2.692.085	2.537.282
Industrial	35.867	46.907	33.879	33.463	148.372	298.488	293.264
Comércio, serviços e outras	306.528	187.285	107.017	82.583	281.920	965.333	956.137
Rural	143.531	131.986	56.404	37.777	61.145	430.843	355.604
Poder público	75.947	45.457	8.122	3.992	9.384	142.902	150.248
Iluminação pública	53.675	3.341	366	390	324	58.096	52.661
Serviço público	23.279	27.499	1.368	5.375	27.051	84.572	102.872
Subtotal - consumidores	1.615.242	856.301	669.038	514.194	1.017.544	4.672.319	4.448.068
Concessionários - transporte de energia	74.252	396.246	28.259	14.603	49.625	562.985	530.462
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	-	-	2.136	2.136	109.144
Provisão para perdas de créditos esperadas	(118.000)	(12.870)	(24.316)	(130.233)	(547.829)	(833.248)	(760.458)
	1.571.494	1.239.677	672.981	398.564	521.476	4.404.192	4.327.216
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						3.901.585	3.849.309
Concessionários - transporte de energia						464.553	439.026
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						38.054	38.881

A movimentação das perdas de créditos esperadas no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	760.458
Constituições, líquidas (Nota 20c)	52.435
Baixas	20.355
Saldo em 30 de junho de 2025	833.248

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher

	30/06/2025	31/12/2024
A Recuperar		
Circulante		
Imposto de renda	76.640	-
Contribuição social	(16.189)	-
	60.451	-
Não circulante		
Imposto de renda	10.745	140.272
Contribuição social	35.877	50.307
	46.622	190.579
A Recolher		
Circulante		
Imposto de renda	-	46.717
Contribuição social	-	24.984
	-	71.701
Total líquido	107.073	262.280
Total do ativo apresentado no Balanço Patrimonial	107.073	190.579
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	-	71.701

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2024	DRE	DRA	Saldo em 30/06/2025
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal / base negativa	68.018	(68.018)	-	-
Obrigações pós-emprego	1.203.390	2.942	(2.839)	1.203.493
Perdas de créditos esperadas	312.462	37.427	-	349.889
Provisão para redução a valor recuperável	23.248	5	-	23.253
Provisões	99.727	27.504	-	127.231
Taxa de administração	3.750	(188)	-	3.562
Participação de colaboradores e administradores no resultado	19.957	(1.035)	-	18.922
Direito de uso	93.492	1.319	-	94.811
Outros	4.281	(38)	-	4.243
	1.828.325	(82)	(2.839)	1.825.404
Passivos fiscais diferidos				
Amortização acelerada	(89)	4	-	(85)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(280.635)	(22.652)	-	(303.287)
Encargos financeiros capitalizados	(198.758)	(9.184)	-	(207.942)
Custo de captação	(42.553)	(13.960)	-	(56.513)
Passivo de arrendamento	(82.642)	(768)	-	(83.410)
	(604.677)	(46.560)	-	(651.237)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.223.648	(46.642)	(2.839)	1.174.167

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2023	DRE	DRA	Saldo em 31/12/2024
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal / base negativa	219.698	(151.680)	-	68.018
Obrigações pós-emprego	1.205.936	248.958	(251.504)	1.203.390
Perdas de créditos esperadas	311.275	1.187	-	312.462
Provisão para redução a valor recuperável	19.685	3.563	-	23.248
Provisões	521.614	(421.887)	-	99.727
Taxa de administração	4.125	(375)	-	3.750
Participação de colaboradores e administradores no resultado	32.346	(12.389)	-	19.957
Direito de uso	97.420	(3.928)	-	93.492
Outros	4.357	(76)	-	4.281
	2.416.456	(336.627)	(251.504)	1.828.325
Passivos fiscais diferidos				
Amortização acelerada	(97)	8	-	(89)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(254.145)	(26.490)	-	(280.635)
Encargos financeiros capitalizados	(181.992)	(16.766)	-	(198.758)
Custo de captação	(7.549)	(35.004)	-	(42.553)
Passivo de arrendamento	(88.280)	5.638	-	(82.642)
Outros	(229)	229	-	-
	(532.292)	(72.385)	-	(604.677)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.884.164	(409.012)	(251.504)	1.223.648

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.067.709	1.832.110
Alíquotas nominais	34,00%	34,00%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(363.021)	(622.917)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	168.848	112.842
Incentivos fiscais	26.506	35.994
Contribuições e doações indedutíveis	(1.678)	(3.553)
Ajustes de ECF de períodos anteriores	4.321	(1.557)
Multas indedutíveis	(43.672)	(5.102)
Selic sobre indêbitos tributários (1)	1.109	12.337
PAT	-	20.824
Outros	1.590	1.796
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(205.997)	(449.336)
Alíquota efetiva	19,29%	24,53%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(159.355)	(131.157)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(46.642)	(318.179)

(1) Corresponde atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido.

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	697.944	1.410.599
Alíquotas nominais	34,00%	34,00%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(237.301)	(479.603)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	89.894	57.895
Incentivos fiscais	16.265	22.703
Contribuições e doações indedutíveis	(713)	(2.207)
Ajustes de ECF de períodos anteriores	4.321	-
Multas indedutíveis	(21.010)	18.088
Selic sobre indébitos tributários (1)	692	11.287
PAT	-	20.824
Outros	462	850
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(147.390)	(350.163)
Alíquota efetiva	21,12%	24,82%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(103.051)	(56.088)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(44.339)	(294.075)

(1) Corresponde atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido.

Diferenças temporárias não reconhecidas

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, por ser provável de geração de lucros futuros suficientes, não há tributos diferidos ativos não reconhecidas em se tratando de prejuízos fiscais e bases negativas.

Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui valores relacionados à Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre lucro reconhecidos nas suas Informações contábeis intermediárias.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

	30/06/2025	31/12/2024
Ativos financeiros e setoriais da concessão		
Circulante		
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	888.080	859.594
	888.080	859.594
Não Circulante		
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	3.095.447	2.714.876
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	688.265	436.031
	3.783.712	3.150.907
	4.671.792	4.010.501
Passivos financeiros e setoriais da concessão		
Circulante		
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	-	(16.470)
	-	(16.470)

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.714.876
Transferências de ativos de contrato (Nota 9)	301.265
Atualização Financeira	79.821
Realização	(515)
Saldo em 30 de junho de 2025	3.095.447

b) Ativos e passivos setoriais - Conta de Compensação de Variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos e a movimentação desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados são demonstrados a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Adição	Amortização	Atualização	Transferências	Saldos em 30/06/2025	Valores em amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
Ativos financeiros setoriais										
CVA ativa	140.938	684.878	(773.052)	115.243	265.552	433.559	332.914	100.645	293.041	140.518
Aquisição de energia (CVA energia)	320.591	563.641	(472.635)	86.584	(40.849)	457.332	244.641	212.691	214.726	242.606
Custo da energia de Itaipu	(78.453)	-	-	-	(41.614)	(120.067)	(96.889)	(23.178)	(98.949)	(21.118)
Proinfa	6.293	24.204	(2.651)	1.357	(707)	28.496	28.496	-	28.496	-
Transporte rede básica	249.572	18.927	(184.213)	18.221	151.693	254.200	217.138	37.062	220.433	33.767
Transporte de energia Itaipu	(4.001)	-	(31.397)	773	17.882	(16.743)	(9.676)	(7.067)	(10.304)	(6.439)
ESS	(221.511)	78.106	(72.703)	8.080	182.051	(25.977)	84.810	(110.787)	74.963	(100.940)
CDE	(131.553)	-	(9.453)	228	(2.904)	(143.682)	(135.606)	(8.076)	(136.324)	(7.358)
Demais ativos financeiros setoriais	1.154.687	285.744	(465.514)	116.888	50.981	1.142.786	(240.968)	1.383.754	595.039	547.747
Quota parte de energia nuclear	89.457	33.476	(56.115)	7.374	50.235	124.427	103.246	21.181	105.129	19.298
Neutralidade da parcela A	89.865	207.731	(80.963)	7.995	59.851	284.479	216.905	67.574	222.912	61.567
Neutralidade Estimada sobre créditos GD	692.843	48.110	-	74.364	-	815.317	-	815.317	815.317	-
Sobrecontratação de energia	407.148	(23.786)	(317.880)	6.433	304.071	375.986	151.886	224.100	171.806	204.180
Devoluções tarifárias	(71.675)	-	-	-	(47.419)	(119.094)	(99.991)	(19.103)	(103.184)	(15.910)
Outros	(52.951)	20.213	(10.556)	20.722	(315.757)	(338.329)	(613.014)	274.685	(616.941)	278.612
Total ativos financeiros setoriais	1.295.625	970.622	(1.238.566)	232.131	316.533	1.576.345	91.946	1.484.399	888.080	688.265
Passivos financeiros setoriais										
CVA passiva	(138.939)	(354.935)	855.021	(95.595)	(265.552)	-	-	-	-	-
Aquisição de energia (CVA energia)	(326.512)	(397.753)	757.974	(74.558)	40.849	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	(73.023)	(38.773)	78.250	(8.068)	41.614	-	-	-	-	-
Proinfa	(9.431)	-	8.929	(205)	707	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	155.288	-	(3.595)	-	(151.693)	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu	33.716	(16.571)	1.398	(661)	(17.882)	-	-	-	-	-
ESS	71.327	113.483	-	(2.759)	(182.051)	-	-	-	-	-
CDE	9.696	(15.321)	12.065	(9.344)	2.904	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	122.469	(414.791)	379.363	(31.051)	(55.990)	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	49.012	-	1.223	-	(50.235)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	34.049	(976)	27.196	(418)	(59.851)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (1)	304.071	-	-	-	(304.071)	-	-	-	-	-
Devoluções tarifárias	(31.223)	(64.813)	51.220	(2.603)	47.419	-	-	-	-	-
Outros	(233.440)	(349.002)	299.724	(28.030)	310.748	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	(16.470)	(769.726)	1.234.384	(126.646)	(321.542)	-	-	-	-	-
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais, líquido	1.279.155	200.896	(4.182)	105.485	(5.009)	1.576.345	91.946	1.484.399	888.080	688.265

Reajuste tarifário anual

Em 20 de maio de 2025, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, para vigência até 27 de maio de 2026, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,78%, sendo 9,45%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 7,03%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão, sendo que para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão, o reajuste médio foi de 6,86%.

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão – Grupo A	9,45%
Baixa tensão – Grupo B	7,03%
Reajuste médio	7,78%

Este resultado decorre do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculados conforme estabelecido no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), para a formação da Receita Requerida; da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

Na composição do efeito médio, a variação dos custos da Parcela A contribuiu em 6,12%, a atualização da Parcela B foi responsável por 1,36%, refletindo, dentre outros fatores, a variação acumulada do IPCA de 5,53% no período de maio de 2024 a abril de 2025, e os componentes financeiros foram responsáveis pelos 0,3% restantes.

9. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.421.329
Adições (1)	2.212.700
Transferências para o ativo financeiro (Nota 8a)	(301.265)
Transferências para o Ativo Intangível	(1.012.937)
Saldo em 30 de junho de 2025	5.319.827

- (1) As adições no segmento de distribuição refletem os investimentos realizados pela Cemig D, em linha com o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD). O PDD consiste na realização de empreendimentos vinculados ao sistema elétrico de potência, associados à expansão, reforço, reforma e renovação de ativos da Cemig D. No primeiro semestre de 2025, foram destaques os investimentos nos macroprojetos de atendimento urbano e rural e complementar, no montante de R\$751.695, reforço e reforma de redes e operação e manutenção em média e baixa tensão, no montante de R\$374.810 e expansão e reforço em alta tensão, no montante de R\$610.663.

Dentre as adições realizadas no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2025, no montante de R\$2.212.700, está contemplado o montante de R\$ 40.794 (R\$ 35.260 no período de janeiro a junho de 2024) a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 15.

A natureza das adições em ativo de contrato é apresentada na nota nº 20b. As adições estão representadas em “Receita de construção de infraestrutura de distribuição” na nota explicativa 19.

10. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	30/06/2025			31/12/2024		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	31.426.550	(13.372.842)	18.053.708	30.315.922	(12.879.604)	17.436.318
(-) Obrigações especiais (Nota 11)	(6.397.532)	2.374.527	(4.023.005)	(6.177.716)	2.250.413	(3.927.303)
Ativos da concessão líquidos	25.029.018	(10.998.315)	14.030.703	24.138.206	(10.629.191)	13.509.015
Intangível em curso	325.048	-	325.048	294.934	-	294.934
Total do intangível	25.354.066	(10.998.315)	14.355.751	24.433.140	(10.629.191)	13.803.949

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.803.949
Adições (1)	65.951
Baixas	(48.408)
Transferência de ativos de contrato (Nota 9)	1.012.937
Amortização	(478.678)
Saldo em 30 de junho de 2025	14.355.751

(1) Dentre as adições realizadas no período de janeiro a junho de 2025, não houve movimentação a título de encargos financeiros.

11. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

O saldo dos ativos financeiros, ativos de contrato e intangível estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que possuem a seguinte composição:

Obrigações Vinculadas à Concessão	30/06/2025	31/12/2024
Participação da União, Estados e Municípios (1)	(780.559)	(729.548)
Participação Financeira do Consumidor (2)	(6.028.402)	(5.773.902)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.071)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Pesquisa e Desenvolvimento	(12.290)	(12.290)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(422.068)	(396.883)
Atualização Financeira Obrigações Especiais	(32.097)	(25.453)
(-) Amortização Acumulada	2.374.527	2.250.413
Total	(5.306.592)	(5.093.366)

(1) As contribuições da União, Estados e Municípios representam a participação destes entes em obras para fornecimento de energia. A participação dos municípios é a mais relevante nessa rubrica (73% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

(2) As contribuições dos consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.

Alocação

	30/06/2025	31/12/2024
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(991.488)	(932.835)
Infraestrutura - Intangível em Serviço (Nota 10)	(4.023.005)	(3.927.303)
Infraestrutura - Ativo Financeiro	(292.099)	(233.228)
Total	(5.306.592)	(5.093.366)

12. ARRENDAMENTOS

a) Movimentação do direito de uso

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	151.785	91.280	243.065
Baixa (contratos encerrados)	(1.356)	-	(1.356)
Adição	4.423	22.671	27.094
Amortização (1)	(5.707)	(17.838)	(23.545)
Remensuração (2)	65	-	65
Saldo em 30 de junho de 2025	149.210	96.113	245.323

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$358 no período de janeiro a junho de 2025 (R\$304 no mesmo período de 2024); a taxa anual média ponderada de amortização é 7,83% para Imóveis e 39,69% para Veículos.
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Movimentação do passivo de arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2024	274.977
Adição	27.094
Baixas (contratos encerrados)	(1.585)
Juros incorridos (1)	8.865
Arrendamentos pagos	(29.925)
Juros sobre arrendamentos pagos	(636)
Remensuração (2)	65
Saldo em 30 de junho de 2025	278.855
Passivo circulante	62.095
Passivo não circulante	216.760

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$411 no período de janeiro a junho de 2025 (R\$584 no mesmo período de 2024).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa. As transações envolvendo partes relacionadas estão apresentadas na nota explicativa 22.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	412.148	278.855
PIS/Pasep e Cofins potencial	26.628	15.361

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2025	32.154
2026	64.095
2027	53.938
2028	24.363
2029	21.824
2030 a 2050	215.774
Valores não descontados	412.148
Juros embutidos	(133.293)
Passivo de arrendamentos	278.855

13. FORNECEDORES

	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		
Energia de curto prazo - CCEE	257.381	168.160
Encargos de uso da rede elétrica	256.544	244.095
Energia elétrica comprada para revenda	682.481	701.411
Itaipu binacional	216.086	210.488
Materiais e serviços (1)	590.368	649.596
	2.002.860	1.973.750

(1) Inclui o saldo de R\$13.693 relacionado a operações de risco sacado, em 30 de junho de 2025.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 23 dessas informações contábeis intermediárias.

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	30/06/2025	31/12/2024
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	101.965	96.208
Cofins	137.241	125.229
PIS/Pasep	29.491	27.078
INSS	37.063	38.527
ISSQN	24.160	25.349
Outros (1)	54.857	47.621
	384.777	360.012
Valores a restituir a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	30.709	185.698
ICMS	340.800	340.800
	371.509	526.498
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	24.685	22.880
	396.194	549.378
	780.971	909.390

(1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária. Mais informações na nota explicativa nº 23.

Valores a restituir a consumidores

A movimentação dos valores a restituir a consumidores é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	549.378
Restituição aos consumidores (1)	(177.892)
Atualização financeira- Selic	14.846
Outros indêbitos a restituir	9.862
Saldo em 30 de junho de 2025	396.194

(1) Trata-se de devolução via alíquota efetiva, referente a indêbitos tributários apurados pela Companhia, conforme dispõe a Lei 14.385/2022.

15. DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	30/06/2025			31/12/2024
			Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL						
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA + 5,10%	-	-	-	334.188
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	1.053.659	-	1.053.659	2.048.454
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI + 1,35%	2.714	500.000	502.714	502.548
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA + 6,10%	1.339	572.048	573.387	557.412
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única (1)	2026	CDI + 2,05%	1.019.555	-	1.019.555	2.030.078
Debêntures - 10ª emissão - 1ª série (1)	2029	CDI + 0,80%	20.297	400.000	420.297	417.151
Debêntures - 10ª emissão - 2ª série (1)	2034	IPCA + 6,15%	36.348	1.707.123	1.743.471	1.696.909
Debêntures - 11ª emissão - 1ª série (1)	2031	CDI + 0,55%	40.191	1.000.000	1.040.191	1.028.493
Debêntures - 11ª emissão - 2ª série (1)	2036	IPCA + 6,58%	28.468	1.572.110	1.600.578	1.552.871
Debêntures - 12ª emissão - 1ª série (1)	2032	CDI + 0,86%	66.498	1.640.000	1.706.498	-
Debêntures - 12ª emissão - 2ª série (1)	2040	IPCA + 7,55%	17.825	873.138	890.963	-
Debêntures - 13ª emissão - 1ª série (1)	2030	CDI+0,64%	33.987	1.143.000	1.176.987	-
Debêntures - 13ª emissão - 2ª série (1)	2032	CDI+0,80%	22.615	752.000	774.615	-
(-) Desconto na emissão de debêntures (2)			(1.722)	(1.936)	(3.658)	(5.326)
(-) Custos de transação			(3.983)	(162.233)	(166.216)	(125.157)
Total			2.337.791	9.995.250	12.333.041	10.037.621

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

(2) Desconto na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

a) Emissões de debêntures

Emissão de debêntures - 12ª emissão

Em 21 de fevereiro de 2025, a Cemig D divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional outorgada pela Cemig, caracterizadas como “Debêntures Verdes”, em 2 séries, da 12ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, no valor inicial de dois bilhões de reais, com a possibilidade desse valor ser aumentado em até 25% caso a opção de Lote Adicional fosse exercida. A operação foi realizada nos termos da Resolução CVM 160.

Em 18 de março de 2025, a Cemig D concluiu a liquidação financeira de sua 12ª emissão de debêntures, em duas séries, por meio da qual foram emitidas dois milhões e quinhentos mil debêntures, perfazendo o valor total de R\$2.500.000, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	1.640.000	R\$1.640.000	CDI + 0,86% a.a.	2.557 dias	72ª e 84ª meses
2ª	860.000	R\$860.000	IPCA + 7,5467% a.a.	5.479 dias	156ª, 168ª e 180ª meses

Os recursos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à gestão do fluxo de caixa, compreendendo, mas não se limitando a sua operação e o reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, em linha com o *Framework*.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 12ª Emissão – 1ª Série	março de 2025	2.032	CDI + 0,86%	1.640.000
Debêntures - 12ª Emissão – 2ª Série	março de 2025	2.040	IPCA + 7,5467%	860.000
(-) Custos de transação				(45.368)
Total de captações				2.454.632

Por fim, informa-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AAA(bra) à emissão.

Emissão de debêntures - 13ª emissão

Em 11 de abril de 2025, a Cemig D concluiu a liquidação financeira de sua 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em 2 (duas) séries (“Emissão”), para distribuição pública, sob o rito de registro automático junto à CVM, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig (“Debêntures”).

Foram emitidas 1.895.000 (um milhão, oitocentos e noventa e cinco mil) Debêntures, perfazendo o valor total de R\$ 1.895.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e noventa e cinco milhões de reais), subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	1.143.000	R\$1.143.000	CDI + 0,64% a.a.	1.831 dias	48º e 60º meses
2ª	752.000	R\$752.000	CDI + 0,80% a.a.	2.562 dias	72º e 84º meses

Os recursos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à gestão do fluxo de caixa, compreendendo, mas não se limitando a sua operação e o reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, em linha com o *Framework*.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 13ª Emissão – 1ª Série	abril de 2025	2030	CDI + 0,64%	1.143.000
Debêntures - 13ª Emissão – 2ª Série	abril de 2025	2032	CDI + 0,80%	752.000
(-) Custos de transação				(6.330)
Total de captações				1.888.670

Por fim, informa-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AAA(bra) à emissão.

Garantias

Em 30 de junho de 2025, o saldo devedor das debêntures é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	1.049.179
Fiança	11.283.862
Total	12.333.041

b) Composição e movimentação

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 6,6 anos. A composição das debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	85.491	1.052.148	-	286.024	286.024	4.152.371	5.862.058
CDI (2)	205.857	1.000.000	500.000	200.000	771.500	3.963.500	6.640.857
Total por Indexadores	291.348	2.052.148	500.000	486.024	1.057.524	8.115.871	12.502.915
(-) Custos de transação	(98)	(4.721)	(424)	(7.492)	(9.317)	(144.164)	(166.216)
(-) Desconto	(1.722)	(1.722)	-	-	(107)	(107)	(3.658)
Total geral	289.528	2.045.705	499.576	478.532	1.048.100	7.971.600	12.333.041

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Indexador	Variação acumulada em 2025 (%)	Variação acumulada em de 2024 (%)
IPCA	2,99	2,48
CDI	6,36	5,22

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.037.621
Debêntures emitidas	4.395.000
Custos de transação	(51.698)
Captações líquidas	4.343.302
Variação monetária	177.280
Encargos financeiros provisionados	558.564
Amortização do custo de transação	10.638
Encargos financeiros pagos	(425.496)
Amortização de principal	(2.368.868)
Saldo em 30 de junho de 2025	12.333.041

c) Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados às debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos da capitação das debêntures vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Encargos de empréstimos e debêntures	558.564	270.437	334.863	147.528
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato (1) (Nota 9)	(40.794)	(35.260)	(19.383)	(17.989)
Efeito líquido no resultado	517.770	235.177	315.480	129.539

1. A taxa média de capitalização foi de 12,83% a.a. em 30 de junho de 2025 (11,26% a.a. em 30 de junho de 2024).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

d) Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª, 8ª e 9ª emissões de Debêntures (1)	Dívida Líquida / Lajida ajustado (2)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
10ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 30 de junho de 2024 até 30 de junho de 2029	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026	Semestral e anual
		Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029	
			Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	
11ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 31 de dezembro de 2024 até 30 de junho de 2029	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026	Semestral e anual
		Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029	
			Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	
12ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 30 de junho de 2025 até 30 de junho de 2029	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026	Semestral e Anual
		Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029	
			Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	
13ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 30 de junho de 2025 até 30 de junho de 2029	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026	Semestral e Anual
		Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029	
			Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	

(1) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

(2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados durante esse exercício, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer exercício anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

Fundos vinculados atrelados à emissão de debêntures

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui o saldo de R\$14.359 referente a fundos vinculados (R\$196.059 em 31 de dezembro de 2024). Essa redução está atrelada, essencialmente, à 7ª emissão de debêntures da Cemig D.

Conforme Contrato de Cessão Fiduciária da 7ª emissão de debêntures, a Cemig D deverá reter em conta vinculada, mensalmente, nos seis meses anteriores ao vencimento da parcela, o valor equivalente a 1/6 do valor projetado da parcela, em média R\$181.000. Essas retenções foram realizadas entre dezembro de 2024 e maio de 2025. Em junho de 2025 ocorreu o pagamento da penúltima parcela.

16. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Movimentação do passivo líquido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	992.361	1.853.116	32.019	2.877.496
Despesa reconhecida no resultado	61.274	110.788	1.920	173.982
Contribuições pagas	(58.732)	(60.196)	(847)	(119.775)
Custo do serviço passado	-	(36.991)	(771)	(37.762)
Perdas (ganhos) atuariais	-	(6.598)	(1.751)	(8.349)
Passivo líquido em 30 de junho de 2025	994.903	1.860.119	30.570	2.885.592
			30/06/2025	31/12/2024
Passivo circulante			148.273	162.817
Passivo não circulante			2.737.319	2.714.679

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados na despesa, reconhecida no resultado do período de janeiro a junho de 2025, referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$136.219 (R\$160.272 no mesmo período de 2024).

Plano de saúde e odontológico

Em janeiro e em abril de 2025, foi reaberto para todos os funcionários ativos participantes do PSI, o período para adesão ao novo plano de saúde, Plano Premium, o qual é integralmente custeado pela Companhia. Nos dois períodos, ocorreu a migração de parcela de colaboradores ao Plano Premium, reduzindo o número de empregados ativos cobertos pelo PSI.

À luz do CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, tal situação é um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos pós-emprego, para a data base de 31 de março, considerando a janela de migração de janeiro de 2025, e de 30 de junho de 2025, considerando a janela de migração de abril de 2025.

Os efeitos e premissas dos dois eventos de encurtamento do plano de saúde e odontológico são apresentados na tabela abaixo:

	Encurtamento 30/06/2025		Encurtamento 31/03/2025		Laudo atuarial 2024	
	Plano de saúde	Plano odontológico	Plano de saúde	Plano odontológico	Plano de saúde	Plano odontológico
Taxa de desconto	11,85%	11,85%	12,32%	12,32%	12,23%	12,23%
Custo do serviço passado	(15.793)	(370)	(21.198)	(401)	-	-
Perdas (ganhos) atuariais	35.161	(1.092)	(41.759)	(659)	(376.667)	(7.365)

As demais premissas permaneceram constantes às apresentadas no ano de 2024. A taxa de desconto de 30 de junho de 2025 impactou os saldos do passivo, ocorrendo uma perda atuarial de R\$35.161 para o plano de saúde, apesar de ocorrer ganho atuarial de R\$1.092 para o plano odontológico.

Acórdão na Ação Anulatória de vigência do Acordo Coletivo Específico de plano de saúde

Em 19 de fevereiro de 2025, foi publicado acórdão do julgamento ocorrido em 9 de dezembro de 2024 em Recurso Ordinário Trabalhista, pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Essa decisão determinou a cessação, a partir de 31 de dezembro de 2023, da validade das cláusulas que determinavam a prorrogação automática por iguais e sucessivos períodos da cláusula 17ª do acordo coletivo de trabalho de 2010 e cláusula 4ª do acordo coletivo de trabalho de 2016. Essas cláusulas garantiam a cobertura das suas obrigações com pagamento de benefício pós-emprego do plano de saúde (PSI), incluindo os aposentados e empregados ativos.

Devido à especificidade deste assunto, a Companhia e seus assessores legais, neste momento, não identificaram necessidade de registro contábil, sendo a probabilidade de perda classificada como possível nestas informações contábeis intermediárias.

Equacionamento do déficit de 2022

Em abril de 2025, a Companhia iniciou os pagamentos dos depósitos em consignação à Forluz, referentes às parcelas do equacionamento do déficit de 2022, do Plano A, totalizando um montante de R\$5.468, em 30 de junho de 2025, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva.

17. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Trabalhistas	Cíveis		Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
		Relações de consumo	Outras				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	345.288	79.272	38.487	541.954	36.149	23.403	1.064.553
Adições	84.552	49.470	15.169	21.586	11.362	17.536	199.675
Reversões	-	-	-	-	(7.274)	(1.313)	(8.587)
Liquidações	(63.096)	(24.083)	(7.276)	(465)	(11.362)	(6.527)	(112.809)
Saldo em 30 de junho de 2025	366.744	104.659	46.380	563.075	28.875	33.099	1.142.832

Há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, não sendo constituída provisão, conforme segue:

	Perda Possível	30/06/2025	31/12/2024
Trabalhistas		823.661	807.905
Cíveis			
Relações de consumo		1.053.642	709.457
Outras ações cíveis		550.381	515.352
		1.604.023	1.224.809
Tributárias		2.014.497	1.962.856
Regulatórias		858.512	767.282
Outras		871.550	1.093.604
Total		6.172.243	5.856.456

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

No segundo trimestre de 2025, as principais variações ocorridas nos passivos contingentes foram nos seguintes processos:

Relações de consumo

Fornecimento de energia elétrica

Em junho de 2025, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública requerendo a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, além da obrigação de fazer melhorias na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica no município de João Pinheiro. A demanda é fundamentada na alegação de

falhas reiteradas e prolongadas no fornecimento de energia elétrica em diversas localidades do município de João Pinheiro. O valor da contingência, em 30 de junho de 2025, é de R\$141.807, sendo a probabilidade de perda avaliada como possível.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas é parte em processos de natureza regulatória em que os valores de contingência foram alterados devido à sentença judicial desfavorável à Companhia. O montante da contingência, em 30 de junho de 2025 é de R\$658.111 (R\$592.787 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos de natureza administrativa, que apresentaram aumento no primeiro semestre de 2025, decorrente da homologação de cálculos periciais. O montante da contingência, em 30 de junho de 2025 é de R\$283.045 (R\$200.153 em 31 de dezembro de 2024), sendo a probabilidade de perda avaliada como possível.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos.

A redução no passivo contingente deve-se ao julgamento das apelações, momento em que o TJMG atribuiu à Companhia o ônus tributário referente à diferença de ISSQN, decorrente da majoração da base cálculo do imposto, sendo reavaliada a probabilidade de perda de possível para provável, do montante de R\$2.868 em 30 de junho de 2025. Por outro lado, afastou a responsabilidade da Companhia por suposto desequilíbrio contratual, sendo reavaliado o prognóstico de perda de possível para remota, do montante de R\$414.067 em 30 de junho 2025 (R\$335.585 em 31 de dezembro de 2024).

A probabilidade de perda para os processos citados foi classificada como possível.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2025, o capital social da Companhia é de R\$6.964.105, (R\$6.964.105 em 31 de dezembro de 2024), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias (2.359.113.452 em 31 de dezembro de 2024), subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Quantidade de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	861.712	1.382.774
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,37	0,59

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Quantidade de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	550.554	1.060.436
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,24	0,45

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico por ação.

c) Remuneração do acionista

A Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre capital próprio – JCP, conforme a seguir:

Declaração	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
20/03/2025	232.217	(34.833)
23/06/2025	264.394	(39.659)
	496.611	(74.492)

(1) Retenção de 15% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os juros sobre capital próprio aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCP's ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

19. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	11.975.984	11.608.627
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (1)	-	512.852
Receita de uso da rede - consumidores livres	2.864.888	2.439.679
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (2)	196.716	19.118
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (notas 9 e 10)(3)	2.278.651	1.937.664
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (nota 8)	79.821	53.209
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(86.761)	(83.011)
Outras receitas (b)	1.869.291	1.269.324
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(5.405.165)	(5.460.385)
	13.773.425	12.297.077

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	6.090.187	5.881.556
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (1)	-	190.186
Receita de uso da rede - consumidores livres	1.424.464	1.261.441
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (2)	70.394	(56.556)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (notas 9 e 10) (3)	1.231.705	1.078.688
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (nota 8)	26.618	22.258
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(39.949)	(37.084)
Outras receitas (b)	1.228.948	709.466
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(2.762.428)	(2.723.111)
	7.269.939	6.326.844

- (1) Em maio de 2024, a Cemig D concluiu a devolução dos valores referentes à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores, que vinha sendo devolvido a partir de revisões tarifárias. Desse modo, a recomposição da receita referente à realização do passivo ocorreu até o segundo trimestre de 2024, não impactando o segundo trimestre de 2025.
- (2) Esse valor decorre do total de adições e amortizações da nota explicativa 8b.
- (3) Essa variação está associada ao aumento do número de obras efetuadas, pela Cemig D, principalmente em redes de distribuição de energia elétrica, em linha com o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD).

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Residencial	7.505.795	7.220.840	6.796.709	6.193.218
Industrial	529.488	697.240	442.748	561.278
Comércio, serviços e outros	3.080.224	3.263.644	2.558.926	2.601.018
Rural	1.609.832	1.626.812	1.136.260	1.121.995
Poder público	510.530	529.143	454.947	455.341
Iluminação pública	469.554	492.690	268.381	262.915
Serviço público	382.422	485.820	294.735	359.976
Subtotal	14.087.845	11.837.896	11.952.706	11.555.741
Consumo próprio	14.917	15.898	-	-
Suprimento a outras Concessionárias (2)	-	-	210	43.950
Fornecimento não faturado líquido	-	-	23.068	8.936
Total	14.102.762	11.853.794	11.975.984	11.608.627

	MWh (1)		R\$	
	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Residencial	3.667.850	3.553.006	3.374.149	3.066.721
Industrial	256.710	350.457	214.895	281.218
Comércio, serviços e outros	1.512.246	1.599.385	1.275.767	1.282.551
Rural	929.849	900.299	631.603	593.953
Poder público	252.055	269.273	228.234	232.056
Iluminação pública	235.650	244.322	140.046	131.933
Serviço público	186.715	235.030	144.450	174.633
Subtotal	7.041.075	7.151.772	6.009.144	5.763.065
Consumo próprio	6.992	7.710	-	-
Suprimento a outras Concessionárias (2)	-	-	-	26.347
Fornecimento não faturado líquido	-	-	81.043	92.144
Total	7.048.067	7.159.482	6.090.187	5.881.556

- (1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.
- (2) Refere-se a Contratos de Cessão de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD.

b) Outras receitas

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Serviço taxado	7.973	8.961
Prestações de serviços	14.485	15.697
Subvenções - Baixa renda (1)	244.077	218.617
Subsídio SCEE (2)	187.412	44.698
Subsídio Eletrobrás (3)	17.284	104.268
Subsídio de bandeiras tarifárias (4)	110.023	37.871
Subvenção da CDE para custear descontos tarifários (5)	1.006.773	589.751
Aluguel e arrendamento	279.695	246.754
Outras	1.569	2.707
	1.869.291	1.269.324

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Serviço taxado	4.336	4.335
Prestações de serviços	8.332	6.359
Subvenções - Baixa renda (1)	118.483	109.635
Subsídio SCEE (2)	216.853	(3.546)
Subsídio Eletrobrás (3)	17.284	104.268
Subsídio de bandeiras tarifárias (4)	88.148	19.595
Subvenção da CDE para custear descontos tarifários (5)	634.407	333.623
Aluguel e arrendamento	139.946	133.955
Outras	1.159	1.242
	1.228.948	709.466

- (1) O aumento decorre do crescimento no número de unidades consumidoras em 2025 e do reajuste tarifário anual de 2025.
- (2) O subsídio do SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica) é um valor direcionado a custear os benefícios tarifários das unidades consumidoras participantes do SCEE que foi introduzido pela Aneel a partir da revisão tarifária de 2023. A previsão concedida em 2023 foi superior aos montantes apurados e o ajuste em 2024 superou o valor do subsídio para o próprio ano, motivo que provocou a inversão da receita no segundo trimestre de 2024. Além disso, a variação decorre do aumento dos descontos que a Cemig concede, principalmente para as classes "Carga Fonte Incentivada" e "GD II".
- (3) Com a Medida Provisória 1.212/2024, os recursos do aporte da Eletrobrás na CDE foram antecipados para quitação da Conta Covid e Conta Escassez Hídrica, reduzindo os valores diretamente aportados na conta CDE em 2025, em comparação a 2024.
- (4) Esse subsídio é impactado pelo acionamento ou não das bandeiras amarela e vermelha. Durante o primeiro semestre de 2025 houve acionamento da bandeira "Vermelha - Patamar 1" nos meses de maio e junho. Ao contrário, durante o primeiro semestre de 2024 não houve acionamento dessas bandeiras, permanecendo a bandeira verde por todo o período.
- (5) O montante para esse subsídio é definido na Resolução Homologatória de cada reajuste tarifário. A variação decorre, principalmente, do aumento nos descontos que a Cemig concede, principalmente para as classes "Carga Fonte Incentivada" e "GD II".

c) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Tributos sobre a receita		
ICMS	2.317.637	2.225.954
PIS/Pasep	196.666	214.783
Cofins	905.853	989.303
ISSQN	767	746
	3.420.923	3.430.786
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	42.687	38.565
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.857.234	1.914.504
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	15.727	14.208
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	22.467	20.297
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	11.233	10.149
CDE sobre P&D	6.740	6.089
CDE sobre PEE	13.480	12.178
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	14.674	13.609
	1.984.242	2.029.599
	5.405.165	5.460.385

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.159.393	1.116.125
PIS/Pasep	103.591	108.332
Cofins	477.142	498.981
ISSQN	425	316
	1.740.551	1.723.754
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	22.481	19.512
Conta de desenvolvimento energético - CDE	955.261	941.001
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.283	7.188
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	11.832	10.269
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	5.916	5.135
CDE sobre P&D	3.550	3.081
CDE sobre PEE	7.099	6.161
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	7.455	7.010
	1.021.877	999.357
	2.762.428	2.723.111

20. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	629.237	572.982
Contratos por cotas de garantia física	412.588	443.099
Cotas das usinas de Angra I e II	166.892	188.792
Energia de curto prazo - CCEE (1)	498.257	169.105
Contratos bilaterais	254.415	250.248
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	2.032.454	2.072.625
PROINFA	269.677	229.194
Geração distribuída (2)	1.796.942	1.361.737
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(372.968)	(343.658)
	5.687.494	4.944.124
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	82.684	117.872
Encargos Transmissão - Rede Básica	1.344.064	1.344.958
Encargos de Conexão	100.640	78.224
Encargos Distribuição	4.586	4.413
Energia CCEE-ESS	9.944	43.091
Energia CCEE-EER	323.355	312.585
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(172.536)	(175.856)
	1.692.737	1.725.287
	7.380.231	6.669.411

- (1) A variação está associada, principalmente ao aumento no custo com energia de curto prazo, motivado principalmente pela forte elevação no PLD médio que, comparado com o mesmo período de 2024, representou uma variação positiva de aproximadamente 300%. O alto preço da energia no mercado de curto prazo impacta diretamente os custos com os contratos de disponibilidade e intensifica os efeitos dos contratos em que os riscos hidrológicos são assumidos pela Cemig D. Destaque para a entrada em operação em junho/25 da usina Termelétrica GNA II que incrementou 138,5 MW médios no portfólio de contratos da Cemig D por meio de um contrato de disponibilidade. Aliado a este fato, observou-se um cenário hidrológico desfavorável que refletiu em um MRE médio de 0,95 contra 0,99 observado no segundo trimestre de 2024.
- (2) O crescimento de 31,96% decorre, principalmente, do aumento na quantidade de instalações geradoras (336.669 em 30 de junho de 2025 em comparação a 273.174 em 30 de junho de 2024) e da quantidade de energia injetada (3.673 GWh no primeiro semestre de 2025 em comparação a 2.925 GWh no primeiro semestre de 2024).

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	322.822	304.286
Contratos por cotas de garantia física	205.235	218.530
Cotas das usinas de Angra I e II	83.446	94.393
Energia de curto prazo - CCEE (1)	333.854	121.879
Contratos bilaterais	132.433	122.958
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.057.434	1.045.713
PROINFA	134.838	116.081
Geração distribuída (2)	846.075	697.973
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(198.698)	(177.062)
	2.917.439	2.544.751
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	43.022	61.022
Encargos Transmissão - Rede Básica	672.423	662.901
Encargos de Conexão	53.812	40.836
Encargos Distribuição	2.027	2.218
Energia CCEE-ESS	(1.798)	8.123
Energia CCEE-EER	172.605	161.456
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(87.142)	(86.632)
	854.949	849.924
Total	3.772.388	3.394.675

- (1) A variação está associada, principalmente ao aumento no custo com energia de curto prazo, motivado principalmente pela forte elevação no PLD médio que, comparado com o mesmo período de 2024, representou uma variação positiva de aproximadamente 300%. O alto preço da energia no mercado de curto prazo impacta diretamente os custos com os contratos de disponibilidade e intensifica os efeitos dos contratos em que os riscos hidrológicos são assumidos pela Cemig D. Destaque para a entrada em operação em junho/25 da usina Termelétrica GNA II que incrementou 138,5 MW médios no portfólio de contratos da Cemig D por meio de um contrato de disponibilidade. Aliado a este fato, observou-se um cenário hidrológico desfavorável que refletiu em um MRE médio de 0,95 contra 0,99 observado no segundo trimestre de 2024.
- (2) O crescimento de 21,22% decorre, principalmente, do aumento na quantidade de instalações geradoras (336.669 em 30 de junho de 2025 em comparação a 273.174 em 30 de junho de 2024) e da quantidade de energia injetada (1.797 GWh no segundo trimestre de 2025 em comparação a 1.487 GWh no segundo trimestre de 2024).

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Pessoal	56.880	82.286
Materiais	1.110.348	915.608
Serviços de terceiros	959.913	842.812
Encargos financeiros	40.794	35.260
Arrendamentos e aluguéis	1.404	2.841
Impostos e taxas	1.504	1.075
Aquisição de servidão	96.127	50.887
Outros	11.681	6.895
	2.278.651	1.937.664

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Pessoal	25.532	40.239
Materiais	625.423	505.459
Serviços de terceiros	503.199	475.309
Encargos financeiros	19.383	17.989
Arrendamentos e aluguéis	1.404	1.712
Impostos e taxas	592	338
Aquisição de servidão	51.796	32.899
Outros	4.376	4.743
	1.231.705	1.078.688

c) Outros custos e despesas

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total	
	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Pessoal	373.048	372.772	-	-	124.945	120.544	-	-	497.993	493.316
Participação de empregados e administradores no resultado	40.646	245	-	-	11.473	-	-	54.015	52.119	54.260
Obrigações pós-emprego (1)	(23.692)	-	-	-	(9.038)	-	168.950	160.272	136.220	160.272
Materiais	46.469	42.916	-	-	2.386	6.176	-	-	48.855	49.092
Serviços de terceiros (C.1)	774.490	780.391	-	-	92.270	89.992	-	-	866.760	870.383
Amortização (Nota 10b)	466.778	410.213	-	-	11.900	10.100	-	-	478.678	420.313
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 12)	23.186	19.999	-	-	-	-	-	-	23.186	19.999
Provisões (2)	191.088	(353.561)	-	-	-	-	-	-	191.088	(353.561)
Perdas de créditos esperadas	-	-	52.435	145.455	-	-	-	-	52.435	145.455
Perda esperada com outros créditos	-	-	-	-	-	-	37.654	20.594	37.654	20.594
Outras despesas (C.2)	5.485	8.690	-	-	28.584	32.977	168.238	132.781	202.307	174.448
	1.897.498	1.281.665	52.435	145.455	262.520	259.789	374.842	367.661	2.587.295	2.054.571

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total	
	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Pessoal	209.077	212.067	-	-	55.446	71.095	-	-	264.523	283.162
Participação de empregados e administradores no resultado	18.418	-	-	-	7.796	-	-	29.142	26.214	29.142
Obrigações pós-emprego (1)	(9.874)	-	-	-	(4.185)	-	85.013	64.219	70.954	64.219
Materiais	24.187	22.675	-	-	(7.524)	3.637	-	-	16.663	26.312
Serviços de terceiros (C.1)	388.898	376.291	-	-	44.444	48.502	-	-	433.342	424.793
Amortização (Nota 10b)	235.966	208.382	-	-	6.142	5.272	-	-	242.108	213.654
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 12)	12.265	10.459	-	-	-	-	-	-	12.265	10.459
Provisões (2)	86.353	(459.529)	-	-	-	-	-	-	86.353	(459.529)
Perdas de créditos esperadas	-	-	2.184	72.477	-	-	-	-	2.184	72.477
Perda esperada com outros créditos	-	-	-	-	-	-	30.126	8.147	30.126	8.147
Outras despesas (C.2)	1.893	4.192	-	-	15.580	17.300	108.254	54.013	125.727	75.505
	967.183	374.537	2.184	72.477	117.699	145.806	223.393	155.520	1.310.459	748.341

- (1) As reversões observadas em custos de operação e despesas gerais e administrativas estão atreladas à remensuração do passivo de pós-emprego devido à migração de funcionários ativos para o novo plano de saúde ofertado pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 16.
- (2) No segundo trimestre de 2024, houve o reconhecimento de reversão nas provisões de contingências tributárias, no montante de R\$512.774, decorrente, de decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, que determinou o cancelamento de cobrança e a extinção da execução fiscal de processo relacionado às contribuições previdenciárias sobre a Participação nos Lucros e Resultados.

C.1) Serviços de terceiros

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Leitura de medidores e entrega de contas	81.466	80.564
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	320.167	359.256
Comunicação	86.921	87.321
Conservação e limpeza de prédios	28.395	31.432
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	67.763	63.234
Corte e religação	32.925	32.584
Podas de árvores	48.410	36.888
Serviços advocatícios e custas processuais	15.103	14.022
Serviços de tecnologia da informação	79.654	72.635
Mão de obra contratada	20.444	17.393
Hospedagem e alimentação	11.309	9.343
Vigilância	7.058	6.402
Reprografia e publicações legais	8.431	8.408
Inspeção de unidades consumidoras	20.389	21.674
Outros	38.325	29.227
	866.760	870.383

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Leitura de medidores e entrega de contas	41.622	40.373
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	161.303	166.223
Comunicação	45.222	43.319
Conservação e limpeza de prédios	15.281	15.340
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	36.235	33.620
Corte e religação	18.313	15.422
Podas de árvores	25.956	20.718
Serviços advocatícios e custas processuais	8.950	8.956
Serviços de tecnologia da informação	26.438	27.758
Mão de obra contratada	11.317	8.781
Hospedagem e alimentação	6.876	5.014
Vigilância	3.559	3.273
Reprografia e publicações legais	4.161	4.012
Inspeção de unidades consumidoras	10.793	12.666
Outros	17.316	19.318
	433.342	424.793

C.2) Outros custos e despesas, líquidas

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Propaganda e publicidade	5.494	4.968
Consumo próprio de energia elétrica	14.802	14.142
Subvenções e doações	4.934	10.452
Anuidade CCEE	2.117	1.926
Seguros	2.342	1.362
Forluz - custeio administrativo	15.170	14.710
Resultado na desativação e alienação de bens	112.414	70.714
Agentes arrecadadores	28.347	29.309
Impostos e taxas	5.457	4.807
Multa Aneel	-	3.003
Outras despesas, líquidas	11.230	19.055
	202.307	174.448

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
Propaganda e publicidade	3.735	3.510
Consumo próprio de energia elétrica	7.317	7.338
Subvenções e doações	2.096	6.492
Anuidade CCEE	1.029	972
Seguros	1.247	(221)
Forluz - custeio administrativo	7.838	7.319
Resultado na desativação e alienação de bens	80.074	28.058
Agentes arrecadadores	14.106	14.580
Impostos e taxas	1.439	754
Outras despesas, líquidas	6.846	6.703
	125.727	75.505

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em maio de 2025, a Companhia aprovou o PDVP 2025, sendo o período de adesão dos empregados de 05 de maio a 30 de maio de 2025, com adesão de 97 empregados. O

programa previu o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “sem justa causa” e de um prêmio adicional, a título de indenização.

Os custos para o programa totalizaram R\$20.812 e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal. Os desligamentos tiveram início em junho com previsão de conclusão até outubro de 2025.

21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	154.814	46.392
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(22.953)	(16.289)
Acréscimos moratórios de contas de energia	149.979	143.658
Variações cambiais de Itaipu	8.535	-
Variações monetárias	6.530	15.277
Variação monetária depósitos judiciais	27.299	20.923
Variação monetária - CVA (Nota 8b)	31.119	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (1)	1.052	380.883
Atualização crédito IRPJ sobre PAT	2.209	32.643
Outras	40.405	44.122
	398.989	667.609
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de debêntures (Nota 15)	(517.770)	(235.177)
Amortização do custo de transação (Nota 15)	(10.638)	(6.168)
Encargos de variação monetária - Forluz	-	(2.290)
Variações cambiais de Itaipu	-	(10.906)
Variação monetária de debêntures (Nota 15)	(177.280)	(99.169)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	(14.846)	-
Variação monetária - CVA (Nota 8b)	-	(928)
Variação monetária de P&D e PEE	(18.854)	(13.380)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 12)	(8.454)	(10.896)
Atualização estimada de créditos de GD, líquida	(75.262)	(37.970)
Outras variações monetárias	(8.874)	(10.052)
Outras	(26.550)	(43.995)
	(858.528)	(470.931)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(459.539)	196.678

	Abr a Jun/2025	Abr a Jun/2024
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	116.990	30.456
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(15.059)	(9.573)
Acréscimos moratórios de contas de energia	78.252	70.754
Variações cambiais de Itaipu	2.326	-
Variações monetárias	1.226	2.003
Variação monetária depósitos judiciais	12.243	9.717
Variação monetária - CVA (Nota 8b)	13.346	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (1)	40	401.473
Atualização crédito IRPJ sobre PAT	1.490	32.643
Outras	21.980	29.323
	232.834	566.796
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de debêntures (Nota 15)	(315.480)	(129.539)
Amortização do custo de transação (Nota 15)	(5.836)	(3.491)
Encargos de variação monetária - Forluz	-	(520)
Variações cambiais de Itaipu	-	(8.561)
Variação monetária de debêntures (Nota 15)	(58.676)	(49.310)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	(1.816)	-
Variação monetária - CVA (Nota 8b)	-	(2.721)
Variação monetária de P&D e PEE	(10.000)	(6.541)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 12)	(4.375)	(4.396)
Atualização estimada de créditos de GD, líquida	(75.262)	(37.970)
Outras variações monetárias	(4.911)	(4.449)
Outras	(13.921)	(13.840)
	(490.277)	(261.338)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(257.443)	305.458

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024
Cemig Geração e Transmissão	105	2.289	9.517	9.351	424	856	(21.782)	(29.132)
Norte Energia	-	-	33.240	32.901	-	-	(146.366)	(140.456)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão	2.049	-	22.183	15.690	9.894	-	(74.545)	(57.994)
Sete Lagoas	-	-	602	305	-	-	(1.667)	(1.329)
Taesa	-	-	-	107	-	-	-	(70.975)
Cemig SIM	-	-	-	-	1.517	-	-	-
Cemig Geração Sul	-	-	-	-	2.692	-	-	-
Cemig Geração Leste	-	-	-	-	1.461	-	-	-
Cemig Geração Oeste	-	-	-	-	1.947	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	905	-	-	-
Cemig Geração Poço Fundo	-	-	-	-	1.194	-	-	-
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	2.061	-	-	-
Sete Lagoas	-	3.403	32.887	31.941	-	16.590	(197.167)	(132.443)
Taesa	-	-	-	-	-	-	(2.377)	-

Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Consumidores e revendedores

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024
Governo do Estado de Minas Gerais	10.730	10.769	-	-	55.564	113.201	-	-

O saldo de consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	11.535	19.741	-	-	(20.432)	(28.031)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	819	10.259	-	-	(3.708)	-

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Processos judiciais

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024
Companhia Energética de Minas Gerais	7.944	9.931	-	-	-	-	-	-

Refere-se a acordo firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e as empresas signatárias a seguir: a Alpargatas, a Guanhães e a Cemig Distribuição. Em 21 de dezembro de 2012 o Estado de Minas Gerais firmou o contrato nº 021/2012 para a execução de obras e de prestação de serviços em infraestrutura energética no estado de Minas Gerais e contratou a Companhia Energética de Minas Gerais para a execução das obras.

As obras foram executadas pela Cemig Distribuição em benefício da Alpargatas e da Guanhães sem o repasse dos recursos financeiros por parte do Estado de Minas Gerais para a Cemig no tempo adequado, o que culminou em desembolsos da Cemig Distribuição, executora das obras, e da Guanhães Energia. A Cemig Distribuição desembolsou recursos para a conclusão das obras em benefício da Alpargatas e a Guanhães desembolsou recursos para a conclusão das obras que tiveram a própria empresa como beneficiária.

Em 14 de junho de 2024 foi realizada conciliação pré-processual entre as empresas envolvidas em que o Estado se comprometeu a pagar R\$32 milhões à Cemig em 36 parcelas sucessivas, a partir de julho de 2024, no valor de R\$900 com data-base em maio de 2024. Como parte do acordo que foi feito, a Cemig ficou incumbida de repassar os valores de direito para a Guanhães Energia e para a Cemig Distribuição (mediante procuração emitida pela Alpargatas em benefício da Cemig Distribuição).

Juros sobre capital próprio e dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	784.914	1.117.129	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos no total de R\$422.119 no

período de janeiro a junho de 2025. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 18.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	159.507	52.726	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	473.469	118.188	-	-	17.881	1.498	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	23.112	44.576	-	-	-	-	-	-

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Arrendamentos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	12.965	12.965	-	-	(8.002)	(10.460)
Não circulante								
Arrendamento operacional	128.572	131.708	141.916	143.754	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Benefícios pós-emprego

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024	Jan a jun/2025	Jan a jun/2024
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	29.911	37.904	-	-	(61.274)	(63.308)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(28.337)	(28.179)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(15.170)	(14.710)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	964.992	954.457	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	139.154	145.705	-	-	(112.708)	(99.254)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	1.751.535	1.739.430	-	-	-	-

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos de janeiro a março de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024
Remuneração	6.311	7.296
Participação nos resultados	616	17
Previdência privada	416	1.019
Planos de saúde e odontológico	50	45
Seguro de vida	9	6
Total (1)	7.403	8.383

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	30/06/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo (1)	Valor contábil	Valor justo (1)
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		60.910	60.910	44.900	44.900
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 6)		4.404.192	4.404.192	4.327.216	4.327.216
Fundos vinculados		13.731	13.731	196.059	196.059
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		888.080	888.080	1.295.625	1.295.625
Reembolso de subsídios tarifários		611.292	611.292	212.785	212.785
		5.978.205	5.978.205	6.076.585	6.076.585
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	986.297	986.297	724.768	724.768
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	210.522	210.522	-	-
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	227.319	227.319	23.983	23.983
Letras financeiras - bancos	2	79.182	79.182	92.549	92.549
Debêntures	2	2.039	2.039	1.655	1.655
		519.062	519.062	118.187	118.187
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	3.095.447	3.095.447	2.714.876	2.714.876
		4.600.806	4.600.806	3.557.831	3.557.831
		10.579.011	10.579.011	9.634.416	9.634.416
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (2)		(12.333.041)	(12.224.467)	(10.037.621)	(9.866.552)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(347.016)	(317.805)	(357.668)	(350.661)
Passivos financeiros setoriais - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		-	-	(16.470)	(16.470)
Fornecedores		(2.002.860)	(2.002.860)	(1.973.750)	(1.973.750)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)		(278.855)	(278.855)	(274.977)	(274.977)
		(14.961.772)	(14.823.987)	(12.660.486)	(12.482.410)

- (1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo exceto para Debêntures e Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz, em 30 de junho de 2025.
- (2) O valor justo apresentado está líquido dos custos de transação e recursos antecipados apresentados na nota explicativa nº 15.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se

metodologia de avaliação ou apuração. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apuração de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (*inputs*) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

As informações sobre a metodologia de cálculo do valor justo das posições estão divulgadas na nota explicativa 28 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

a) **Gestão de riscos**

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa.

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de flutuações no câmbio, nas taxas de juros e inflação, no valor de seus ativos e passivos financeiros, evidenciando qual o efeito nos resultados e no patrimônio líquido.

Os cenários para essa análise foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, sendo considerados conforme segue:

- **Cenário base:** considera-se os saldos contábeis da data destas Demonstrações Financeiras.
- **Cenário provável:** o saldo do cenário base é atualizado considerando o câmbio e as taxas de juros prováveis para 31 de dezembro de 2025, utilizando informações

disponibilizadas pelos consultores financeiros. O efeito estimado no resultado da Companhia é indicado pela diferença entre o cenário provável e o cenário base.

- **Cenários adverso:** um cenário é considerado adverso quando gera uma redução nos ganhos de ativos financeiros líquidos (redução da taxa do cenário adverso em relação à do provável) ou aumento de passivos financeiros líquidos (aumento da taxa do cenário adverso em relação à do provável), quando associados ao mesmo risco. Assim, a Companhia atualiza os saldos do cenário base considerando o câmbio e as taxas de juros estimadas para um cenário adverso, utilizando-se como base informações disponibilizadas por seus consultores financeiros. O efeito estimado no resultado é indicado pela diferença entre o cenário adverso e o cenário base.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de câmbio, com impacto na rubrica de fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu).

O efeito da variação cambial associado ao contrato de compra de energia de Itaipu é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/06/2025		31/12/2024	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 13)	(39.576)	(216.086)	(34.005)	(210.488)
Passivo líquido exposto	-	(216.086)	-	(210.488)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar-americano em relação ao Real, em 30 de junho de 2026 será uma valorização de 3,30% (R\$5,64).

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é como segue:

Risco - Exposições cambiais	30/06/2025	30/06/2026	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,64	Cenário adverso Dólar R\$6,78
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 13)	(216.086)	(223.210)	(268.327)
Passivo líquido exposto	(216.086)	(223.210)	(268.327)
Efeito líquido da variação cambial	-	(7.124)	(52.241)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da

Companhia e aos ativos financeiros relativos à CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	30/06/2025	31/12/2024
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	986.297	724.768
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	579.972	163.087
Fundos Vinculados	13.731	196.059
CVA e outros componentes financeiros (Nota 8b)	888.080	1.295.625
	2.468.080	2.379.539
Passivos		
Debêntures - CDI (Nota 15)	(6.640.857)	(3.978.270)
Passivos financeiros setoriais (Nota 8b)	-	(16.470)
	(6.640.857)	(3.994.740)
Passivo líquido exposto	(4.172.777)	(1.615.201)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 13,75%, em 30 de junho de 2026.

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco - Aumento nas taxas de juros nacionais	30/06/2025	30/06/2026	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 13,75%	Cenário adverso Selic 16%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	986.297	1.121.913	1.144.105
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	579.972	659.718	672.768
Fundos Vinculados	13.731	15.619	15.928
CVA e outros componentes financeiros (Nota 8b)	888.080	1.010.191	1.030.173
	2.468.080	2.807.441	2.862.974
Passivos			
Debêntures - CDI (Nota 15)	(6.640.857)	(7.553.975)	(7.703.394)
	(6.640.857)	(7.553.975)	(7.703.394)
Passivo líquido exposto	(4.172.777)	(4.746.534)	(4.840.420)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(573.757)	(667.643)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do índice IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	30/06/2025	31/12/2024
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 8a)	3.095.447	2.714.876
	3.095.447	2.714.876
Passivos		
Debêntures - IPCA (Nota 15)	(5.862.058)	(6.189.834)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(347.016)	(357.668)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)	(278.855)	(274.977)
	(6.487.929)	(6.822.479)
Passivo líquido exposto	(3.392.482)	(4.107.603)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores, representada no cenário adverso.

Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, o IPCA será de 4,92% em 30 de junho de 2026, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco - Elevação da inflação	30/06/2025	30/06/2026	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,92%	Cenário adverso IPCA 7,54%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 8a)	3.095.447	3.247.743	3.328.844
	3.095.447	3.247.743	3.328.844
Passivos			
Debêntures - IPCA (Nota 15)	(5.862.058)	(6.150.471)	(6.304.057)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(347.016)	(364.089)	(373.181)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)	(278.855)	(292.575)	(299.881)
	(6.487.929)	(6.807.135)	(6.977.119)
Passivo líquido exposto	(3.392.482)	(3.559.392)	(3.648.275)
Efeito líquido da variação do IPCA		(166.910)	(255.793)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

As informações sobre como a Companhia administra o risco de liquidez estão divulgadas na nota explicativa nº 28 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas (*)											
Debêntures	-	-	-	704.721	4.209.938	1.620.242	4.254.205	7.134.922	16.595.765	5.245.035	39.764.828
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	3.620	1.694	-	3.349	34.638	14.496	-	-	-	-	57.797
	3.620	1.694	-	708.070	4.244.576	1.634.738	4.254.205	7.134.922	16.595.765	5.245.035	39.822.625
Pré-fixadas											
Fornecedores	1.747.296	-	255.564	-	-	-	-	-	-	-	2.002.860
	1.750.916	1.694	255.564	708.070	4.244.576	1.634.738	4.254.205	7.134.922	16.595.765	5.245.035	41.825.485

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 12

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”. Mais informações na nota explicativa nº 15 destas informações contábeis intermediárias.

Risco de crédito e outros riscos operacionais

As informações sobre como a Companhia administra: (i) o risco de crédito; (ii) o risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica; (iii) o risco de continuidade da concessão; e (iv) o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa 28 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.324 - Valores a restituir aos consumidores

Em 14 de agosto de 2025, o Superior Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade 7324 que questiona a constitucionalidade da Lei 14.385/2022, a qual trata da devolução de tributos pagos a maior pelas distribuidoras de energia elétrica aos consumidores. A Companhia aguarda a publicação do acórdão, momento em que haverá elementos suficientes para permitir a avaliação dos potenciais impactos contábeis, financeiros e operacionais decorrentes da decisão.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente sem denominação

Sergio Lopes Cabral
Vice-Presidente de Comercialização

Luis Cláudio Correa Villani
Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-MG-121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12ª andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da



administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 11 de agosto de 2025, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a junho de 2025. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a junho de 2025. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Informações Contábeis Intermediárias.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Dimas Costa – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristina Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente sem denominação

Luis Cláudio Correa Villani - Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 11 de agosto de 2025, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a junho de 2025. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a junho de 2025. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Dimas Costa – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristina Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente sem denominação

Luis Cláudio Correa Villani - Vice-Presidente de Tecnologia da Informação